SABRINA MARIA FADEL BECUE

INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL:

As contribuições que Lei Modelo da UNCITRAL pode proporcionar para o Brasil.

Tese de Doutorado

Orientador Prof. Dr. Paulo Fernando Campos Salles de Toledo

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo –SP

2018

SABRINA MARIA FADEL BECUE

Versão original

INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL:

As contribuições que Lei Modelo da UNCITRAL pode proporcionar para o Brasil.

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Comercial, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Fernando Campos Salles de Toledo.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo –SP

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha Catalográfica
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Becue, Sabrina Maria Fadel Becue.

Insolvência transnacional: As contribuições que Lei Modelo da UNCITRAL pode proporcionar para o Brasil./ Sabrina Maria Fadel Becue- São Paulo: USP/ Faculdade de Direito, 2018.

143f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando Campos Salles de Toledo.

Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, USP, Programa de Pós- Graduação em Direito, Direito Comercial, 2018.

Versão Original

1. Insolvência transnacional; 2. Lei Modelo da UNCITRAL; 3. Cooperação Jurídica Internacional. I. Toledo, Paulo Fernando Campos Salles de, orient. II. Título

CDD 340.

BECUE, S. M. F. Becue. **Insolvência transnacional: As contribuições que Lei Modelo da UNCITRAL pode proporcionar para o Brasil**. 2018. 143 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

RESUMO

BECUE, S. M. F. Becue. **Insolvência transnacional: As contribuições que Lei Modelo da UNCITRAL pode proporcionar para o Brasil**. 2018. 143 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.

O Brasil nem sempre permaneceu alheio ao debate sobre insolvência transnacional, porém desde 1973 carece de normativa específica. A lacuna da lei, no entanto, não impede que os casos cheguem ao Poder Judiciário. Nos últimos anos, o número de processos desta natureza aumentou de forma considerável e apesar de terem atingido certo consenso quanto à solução encontrada pelos tribunais, a fundamentação das decisões expõe a fragilidade do sistema e a necessidade de reforma legislativa. A prevalência da UNCITRAL entre as demais organizações internacionais e o limitado escopo e estrutura da Lei Modelo sobre Insolvência Transnacional, permitiram que este instrumento de *Soft Law* fosse aceito como o padrão normativo mais adequado e internacionalmente reconhecido. A Lei Modelo da UNCITRAL contribui para segurança jurídica e previsibilidade no comércio internacional, por meio da harmonização do procedimento de insolvência transnacional em países oriundos de diferentes tradições jurídicas – *Civil Law* e *Common Law* – e que estão em diferentes estágios de desenvolvimento. A harmonização se restringe a regras comuns para o reconhecimento de um processo estrangeiro, medidas de assistência e cooperação entre tribunais, sem, contudo, avançar em questões de direito material que, como sabido, são sensíveis e refletem políticas internas de cada Estado. Assim, uma das principais vantagens da Lei Modelo é promover a cooperação direta entre tribunais e com os representantes da insolvência, a fim de eliminar a dependência dos países no princípio de cortesia internacional ou concessão de *exequatur* aos procedimentos de homologação de sentença estrangeira ou carta rogatória. Apesar dos benefícios proporcionados pela Lei Modelo, muitos países resistem a sua adoção e, entre aqueles que a incorporaram, há diversidade na sua interpretação e aplicação, o que pode colocar em risco o objetivo de harmonização. A fratura entre o texto da lei e sua prática foi objeto da investigação. Inobstante, o Brasil poderia se beneficiar da adoção da Lei Modelo da UNCITRAL, tanto para ampliar os meios de cooperação jurídica internacional, como para promover uma solução estável aos processos transnacionais. Contudo, é preciso entender o alcance deste instrumento e, via de consequência, suas limitações enquanto norma regente, uma vez que as contribuições esperadas da Lei Modelo estão proporcionalmente vinculadas aos seus restritos escopos. A tese questiona, por fim, se existe um sistema internacional de insolvência transnacional fundado no universalismo modificado ou qual o papel que pode ser atribuído a este na solução dos processos judiciais.

Palavras chaves: Insolvência Transnacional – Universalismo Modificado – Cooperação Jurídica Internacional.

ABSTRACT

BECUE, S. M. F. Becue. **Cross-border insolvency: The contributions that UNCITRAL Model Law can provide for Brazil.** 2018. 143 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.

Brazil has not always been disconnected from the debate on transnational insolvency, but since 1973 it lacks specific regulations. The gap in legislation, however, does not prevent cases from reaching the courts. In recent years, the number of cases of this nature has increased considerably and although some consensus has been reached on the solution found by the courts, the reasoning of the rulings exposes the fragility of the system and the need for legislative reform. The predominance of UNCITRAL in relation to other international organizations and the limited scope and structure of the Model Law on Transnational Insolvency allowed this Soft Law instrument to be accepted as the most appropriate and as an internationally recognized standard of cross-border regulation. The UNCITRAL Model Law contributes to legal certainty and predictability in the international trade by harmonizing the transnational insolvency proceedings in countries from different legal systems - Civil Law and Common Law - that are at different stages of development. Legal harmonization is restricted to common rules for the recognition of a foreign proceeding, assistance and cooperation between courts, without, however, advancing in matters of substantive law which, as it is well known, are sensitive and reflect public policies of each State. Thus, one of the main advantages of the Model Law is to promote direct cooperation between courts and insolvency representatives in order to eliminate the countries' reliance on international courtesy or the granting of exequatur to the procedures for ratification of a foreign judgment or letters rogatory. Despite the benefits provided by the Model Law, many countries resist their adoption, and among those who incorporate it, there is diversity in their interpretation and application, which may jeopardize the goal of harmonization. The fracture between the law on the books and its practice was the object of this investigation. In spite of this, Brazil could benefit from the adoption of the UNCITRAL Model Law, both to expand the means of international judicial cooperation and to promote a stable solution to transnational processes. However, it is necessary to understand the scope of this instrument and, consequently, its limitations as a governing norm, since the expected contributions of the Model Law are proportionally linked to its restricted scopes. The thesis finally poses the question of whether there is an international system of transnational insolvency based on the modified universalism or the role that can be attributed to it in the resolution of legal proceedings.

Key- words: Cross-border Insolvency; Modified Universalism; Judicial Cooperation.

RÉSUMÉ

BECUE, S. M. F. Becue. **L'insolvabilité transfrontalière: Les contributions que la loi type de la CNUDCI peut apporter au Brésil.** 2018. 143 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.

Le Brésil n'est pas toujours resté en dehors du débat à propos de l'insolvabilité transfrontalière, mais depuis 1973 le pays ne dispose pas d'une réglementation normative spécifique concernant ce sujet. Cependant, ce vide juridique n'empêche pas que des affaires soient portées devant les tribunaux. Le nombre des affaires de ce type a augmenté considérablement dans les dernières années et, malgré le fait que les tribunaux sont arrivés à un relatif consensus sur la solution à adopter dans ces cas, la motivation des décisions révèle la fragilité du système et la nécessité d'une réforme législative.

La prééminence de la CNUDCI parmi les autres organisations internationales, la portée et la structure étroites de la Loi type sur l'insolvabilité internationale ont permis à cet instrument de *Soft Law* d'être accepté comme le standard normatif le plus approprié et le plus reconnu internationalement. La Loi type de la CNUDCI contribue à la sécurité juridique et à la prévisibilité du commerce international, par voie de l'harmonisation de la procédure d'insolvabilité internationale dans des pays qui appartiennent à différentes traditions de systèmes juridiques – *Civil Law* et *Common Law* – et qui se situent à différents stades de développement. Cette harmonisation se limite à la définition de règles communes sur la reconnaissance d'une procédure étrangère, des mesures d'assistance et de coopération entre tribunaux, sans avancer en questions de droit matériel qui, comme on le sait, sont délicates et qui reflètent les politiques internes de chaque Etat.

De cette façon, l'un des avantages de la Loi type est de favoriser la coopération entre tribunaux et avec les représentants de l'insolvabilité, pour éliminer la dépendance des pays dérivant du principe de la courtoisie internationale ou d'accorder l'*exequatur* dans la procédure de reconnaissance des décisions étrangères ou de commission rogatoire. Malgré les avantages offerts par la Loi type, de nombreux pays résistent à son adoption et, parmi ceux qui l'ont incorporé, il y a des différences dans son interprétation et application, ce qui peut mettre en danger le but de l'harmonisation. L'écart entre le texte de la loi et son application était l'objet de la recherche.

Néanmoins, le Brésil pourrait profiter de l'adoption de la Loi type de la CNUDCI, soit pour étendre les moyens de coopération juridique internationale, soit pour offrir une solution stable aux procédures transnationales. Toutefois, il faut comprendre la portée de cet instrument et, par conséquent, ses limites en tant que norme régissante, étant donné que les contributions attendues de la Loi type sont proportionnellement liées à sa portée restreinte. La thèse demande, enfin, s'il existe un système international d'insolvabilité transnationale basé sur l'universalisme modifié ou quel rôle peut-on lui attribuer dans la résolution des procédures judiciaires.

Mots-clés: Insolvabilité transfrontalière - universalisme modifié - coopération juridique internationale.

LISTA DE SIGLAS

ABA	American Bar Association
AC	Apelação Cível
AC	Appeal Cases
AI	Agravo de Instrumento
ALI	American Law Institute
BCC	British Chambers of Commerce
CE	Comunidade Europeia
Ch	Chancery Division
CISG	Convenção das Nações Unidas para a Venda Internacional de Mercadorias, sigla em inglês (Convention on Contracts for the International Sale of Goods).
CJI	Cooperação Jurídica Internacional.
COMI	Centre of main interests.
CPC	Código de Processo Civil
Des.	Desembargador
DIPr	Direito Internacional Privado.
DL	Decreto Lei
EIR/(EU)	Regulamento Europeu 2015/848
EU	European Union (União Europeia).
EWHC	England and Wales High Court
FCA	Federal Court of Australia
FCAFC	Federal Court of Australia – Full Court.
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBA	International Bar Association
III	International Insolvency Institute
J.	Julgamento
JIN	Judicial Insolvency Network
LINDB	Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro.

LRF	Lei de Recuperação e Falência (Lei n. ° 11.101/205).
Min.	Ministro
OCDE Econômico.	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
OI	Organização Internacional
Rel.	Relator
RISTJ	Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça
S.C.R.	Supreme Court Reports
SE	Sentença Estrangeira
SEC	Sentença Estrangeira Contestada
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJRJ	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
TST	Tribunal Superior do Trabalho.
UKPC	Judicial Committee of the Privy Council
UKSC	Supreme Court of the United Kingdom
UNCITRAL	Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional, sigla em inglês (United Nations Commission on International Trade Law).
WLR	Weekly Law Reports

TABELA DE CASOS

Processos estrangeiros:

Ackers v. Saad Investments Company Ltd, [2013] FCA 738 (30 July 2013) (Austl.).

Akers as a joint foreign representative of Saad Investments Company Limited (in Official Liquidation) v Deputy Commissioner of Taxation [2014] FCAFC 570

Alitalia Linee [2011] EWHC 15 (Ch).

Antwerp Bulkcarriers N.V. v. Holt Cargo Systems, Inc [2001] S.C.R. 951 (Can.)

Cambridge Gas Transport Corp v. Official Committee of Unsecured Creditors, [2006] UKPC 26, [2007] AC 508.

Collins & Aikman Eur. S.A., [2006] EWHC (Ch) 1343 (Eng.)

Daisytek-ISA Ltd [2003] BCC 562.

Fibria Celulose S/A v Pan Ocean Co. Ltd [2014] EWHC 2124 (Ch).

HIH Casualty and General Insurance Ltd [2008] UKHL 21, [2008] 1 WLR 852

In re Nortel Network, [2009] EWHC (Ch) 206.

Nortel Networks Corporation, Court File No. 09-CL-7959, Superior Court of Justice- Ontario.

Nortel Networks, INC., et al, Case No. 09-10138(KG), Bankruptcy Court for the District of Delaware

OAS S.A., 533 B.R. 83 (Bankr. S.D.N.Y. 2015) (Case No. 15-10937 - SMB)

OI Brasil Holdings Coöperatief U.A.; In re: OI Brasil Holdings Coöperatief U.A.; In re: OI S.A., et al.; Case Nos. 17-11888 (SHL), 16-11794 (SHL), 16-11791 (SHL) (Bankr. S.D.N.Y., December 4, 2017)

Rede Energia S.A., 515 B.R. 69, 98 (Bankr. S.D.N.Y. 2014) (Case No. 14-10078-scc).

Rubin v Eurofinance S.A. [2012] UKSC 46

Singularis Holdings Ltd v PwC [2014] UKPC 36

Processos nacionais:

Caso Pan American World Airways Inc. Processo n. ° 0035005-62.1992.8.19.0001, 5ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro.

Caso OGX Petróleo e Gás Participações S/A. Processo n.º 0377620-56.2013.8.19.0001, 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital – Rio de Janeiro, Decisão prolatada em 21.11.2013.

Caso Grupo Grupo Schahin. Processo n.º 1037133-31.2015.8.26.0100, 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo- Capital, Decisão proferida em 04.05.2015.

Caso Grupo OAS. Processo n.º 1030812-77.2015.8.26.0100, 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo- Capital, Decisão proferida em 01.04.2015.

Caso OI. Processo n.º 0203711-65.2016.8.19.0001, 7ª Vara de Direito Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, Decisão prolatada em 29.06.2016.

STF – SE 919, Rel. Min. PLÍNIO CASADO, Archiveiro Judiciário, vol. 30/133.

STF – RE 80.004/SE, Min. XAVIER DE ALBUQUERQUE, Tribunal Pleno, julgado em 01/06/1977.

STF – SE 2492, Min. XAVIER DE ALBUQUERQUE, Tribunal Pleno, julgado em 03/03/1982.

STF – SE 7401, Relator: Min. Presidente, Decisão Proferida pelo Ministro MARCO AURÉLIO, julgado em 11/06/2002.

STJ - RHC 853/BA, Rel. Ministro DIAS TRINDADE, Sexta Turma, julgado em 12/11/1990.

STJ – REsp 19.263, Rel. Ministro ANTONIO TORREÃO BRAZ, Quarta Turma, julgado em 19/04/1994.

STJ - REsp 74.376/RJ, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, Terceira Turma, julgado em 09/10/1995.

STJ – REsp 15.708/RS, Rel. Ministro PAULO COSTA LEITE, Terceira Turma, julgado em 28/05/1996.

STJ – REsp 719.855/RN, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, Primeira Turma, julgado em 17/11/2005.

STJ – RO 64/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado em 13/05/2008.

STJ - SEC 1.734/PT, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, Rel. p/ Acórdão Ministro FELIX FISCHER, Corte Especial, julgado em 15/09/2010.

STJ - SEC 1.734/PT, voto- vista do Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado em 15/09/2010.

STJ - SEC 1.735/EX, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Corte Especial, julgado em 12/05/2011.

STJ – SEC 11.277/EX, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Corte Especial, julgado em 15/06/2016.

STJ- Rcl 3.364/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Corte Especial, julgado em 05/10/2016.

STJ – AREsp 527215, Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, julgado em 22/05/2017.

TJRJ – AC 0000123-38.1996.8.19.0000, Rel. Des(a). MARCUS ANTONIO DE SOUZA FAVER, Quinta Câmara Cível, julgado em 08/04/1997.

TJRJ – AI 0064658-77.2013.8.19.0000, Rel. Des. GILBERTO GUARINO, julgado em 19.02.2014.

TJRJ – AI n. ° 0051668-49.2016.8.19.0000, Rel. Des. CEZAR AUGUSTO RODRIGUES COSTA, julgado em 31.10.2017.

TJRJ- Requerimento de Efeito Suspensivo n. ° 0065071-51.2017.8.19.0000, Relatora Des.^a MYRIAM MEDEIROS DA FONSECA COSTA, julgado em 05/02/2018.

TJRS – AC n. ° 70072090608, Relator Des. UMBERTO GUASPARI SUDBRACK, Julgamento em 30/03/2017.

TJSP – AI nº 2202572-86.2015.8.26.0000, Rel. Des. CARLOS ALBERTO GARBI, julgado em 17.02.2016.

TJSP – AI nº 2106998-36.2015.8.26.0000, Declaração de voto vencido: Des. FABIO TABOSA, julgado em 13.03.2017.

TJSP – AI nº 2106998-36.2015.8.26.0000, Rel. Des. CAIO MARCELO MENDES DE OLIVEIRA, julgado em 13.03.2017.

TST- ROAR - 4297500-83.2002.5.02.0900, Relator Ministro GELSON DE AZEVEDO, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, julgado em 14/12/2004.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL	17
2.1. Caracterização e Estado da Arte.....	17
2.2. Modelos de insolvência transnacional: entre o territorialismo e o universalismo.....	21
2.2.1 Teste de realidade das insolvências transnacionais perante jurisdições estrangeiras	28
2.2.2 Teste de realidade das insolvências transnacionais perante o Judiciário Brasileiro	35
2.3. Conclusão Parcial.....	39
3. A PRODUÇÃO NORMATIVA DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E A PREVALÊNCIA DA UNCITRAL.....	41
3.1 Governança Global e a fragmentação da produção normativa.....	41
3.1.1 A produção normativa das Organizações Internacionais (OIs)	46
3.1.1.1 <i>Fonte de legitimidade, características dos textos normativos e mecanismos de influência das Organizações Internacionais.</i>	47
3.2. Insolvência Transnacional e produção normativa das Organizações Internacionais	50
3.2.1. Principais organizações internacionais e a prevalência da UNCITRAL.....	50
3.2.1.1. <i>Fonte de legitimidade da UNCITRAL, influência e características dos seus textos normativos</i>	53
3.2.1.2. <i>Contribuições da Lei Modelo da UNCITRAL</i>	56
3.2.1.3. <i>Limites da Lei Modelo da UNCITRAL</i>	60
3.3. Conclusão parcial	66
4. INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL E A SUA REGULAMENTAÇÃO NO BRASIL	68
4.1. Contextualização histórica da disciplina normativa da insolvência transnacional no Brasil.....	68
4.2.1. O Código de Bustamante em relação ao regime de insolvência transnacional	76

4.3.	Os movimentos pela reforma legislativa e a ausência da matéria na Lei nº 11.101/2005	79
4.3.1	A análise da reforma legislativa a partir da teoria da recursividade	81
4.3.1.1	<i>Proliferação de casos transnacional e a resposta do Poder Judiciário na vigência da Lei 11.101/2005</i>	84
4.4.	Conclusão parcial	89
5.	DA JUSTAPOSIÇÃO DE REGRAS À FORMAÇÃO DE UM SISTEMA DE INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL: PERSPECTIVAS PARA O ORDENAMENTO BRASILEIRO	92
5.2.	Contexto brasileiro: disciplina normativa esparsa e sua insuficiência em relação às regras de Direito Internacional Privado	92
5.2.1.	Cooperação jurídica internacional: sentido e alcance do princípio	95
5.2.1.1.	<i>Protocolos de cooperação em matéria de insolvência</i>	98
5.3.	Tendência internacional: propositura de um sistema de insolvência calcado no universalismo modificado	106
5.4.	Contribuições efetivas da Lei Modelo da UNCITRAL para o cenário brasileiro atual	110
5.5.	Conclusão parcial: novo movimento reformista e a possibilidade de adoção da Lei Modelo da UNCITRAL	114
6.	CONCLUSÃO	118
7.	BIBLIOGRAFIA	121

1. INTRODUÇÃO

O Brasil não possui disciplina sobre insolvência transnacional. Contudo, a omissão legislativa não torna o tema irrelevante ou desconhecido da prática comercial. O Judiciário brasileiro desde muito convive com casos transfronteiriços e no último decênio presenciou aumento significativo de processos que carregam elemento de estraneidade. O exame da matéria é, portanto, justificável. Quanto ao título, a opção pela expressão ‘insolvência transnacional’ foi assumida em razão da abrangência e da proximidade com a tradução do inglês (*cross-border insolvency*). O termo insolvência foi utilizado como referência à crise econômica da empresa – seja ela sanável ou não – envolvendo tanto a liquidação dos ativos como os meios de salvaguarda da atividade. Por sua vez, as palavras “transnacional”, “transfronteiriço” e, algumas vezes, “insolvência internacional” foram empregadas de forma indistinta ao longo do texto.

Apoiada em casos concretos, estrangeiros e nacionais, que, em razão do porte, ambientaram diversos debates doutrinários, a tese apresenta os modelos teóricos do universalismo e do territorialismo – ambos amplamente esmiuçados pela teoria jurídica – para, como ponto de partida, expor as fraturas entre os tipos ideais e a complexidade dos processos transnacionais que reivindicam regulamentação pela via legislativa e acomodação perante os tribunais. O mote central, porém, é de que forma e com qual extensão a Lei Modelo da UNCITRAL sobre Insolvência Transnacional (simplesmente Lei Modelo da UNCITRAL, a partir deste momento) e o regime por ela adotado – universalismo modificado – respondem às particularidades das crises oriundas da globalização. Uma necessidade comum aos casos transfronteiriços é a cooperação entre tribunais, tema que permeia a lógica da Lei Modelo da UNCITRAL.

A escolha da Lei Modelo como norte de uma possível regulamentação sobre o tema no Brasil é explicitada no terceiro capítulo, a partir da justificativa sobre prevalência do padrão proposto pela UNCITRAL em grande parte do mundo, quando comparada a outras tentativas de disciplina das insolvências transnacionais. O realismo e conveniência recomendam, portanto, que as discussões locais se alicercem nesse instrumento de *Soft Law*, que tem a pretensão de ser transformado em diploma vinculante e internacionalmente assimilado.

Apesar do favorecimento da Lei Modelo junto a grandes potências econômicas, é curioso que sua recepção por países em desenvolvimento, notadamente na América do Sul,

encontre resistência. Esse é o alvo de investigação dos terceiro e quarto capítulos, sendo este último dedicado ao contexto local.

Ademais, dadas as características ímpares da Lei Modelo da UNCITRAL, em especial das matérias por ela não regulamentadas e do grande risco de seu escopo e estrutura serem desvirtuados pelo legislador e julgador locais, é preciso entender o alcance desse instrumento e, via de consequência, suas limitações como norma regente, visto que sua aptidão para melhorar o ambiente institucional – as contribuições esperadas da Lei Modelo – estão proporcionalmente vinculadas aos seus (limitados) escopos e, quiçá, a um sistema do qual parece pertencer.

Ao final, esta tese questiona se, na omissão do legislador brasileiro, há outros mecanismos em nosso ordenamento jurídico com aptidão para fomentar e legitimar a cooperação do judiciário local com tribunais estrangeiros, bem como qual a real necessidade de ser incorporada a Lei Modelo da UNCITRAL pela via legislativa e o sentido que sua adoção deve ganhar no contexto pátrio.

A contribuição que almejamos com a tese caminha no seguinte sentido: a) apontar fatores de resistência à adoção da Lei Modelo da UNCITRAL, inobstante sua prevalência sobre outros instrumentos de *Soft Law*; b) entender a Lei Modelo como integrante de um cenário maior, uma peça que demanda contextualização e respeito ao cunho internacionalista; c) destacar as vantagens de sua adoção pelo Brasil no momento presente e d) se há uma leitura mais adequada da Lei Modelo a ser seguida pelos operadores do Direito.

6. CONCLUSÃO

Do pragmatismo à construção de um sistema internacional de insolvência transnacional. Essa foi a direção assumida na tese. A omissão da lei favorece e pleiteia construções personalizadas para os casos concretos. Contudo, o casuísmo impede a formação de uma teoria jurídica e compromete a previsibilidade que as partes esperam dos ordenamentos jurídicos. Sem desmerecer a relevância da atuação particular dos tribunais e, sobretudo, da propensão a cooperar ativamente com jurisdições estrangeiras, a longo prazo, o pragmatismo deve ceder espaço para uma regulamentação clara que, nessa temática, requer certa convergência em nível global. A formação de um sistema de insolvência ultrapassa as fronteiras nacionais e, por isso, deve estar baseada num princípio vigente e compartilhado pelos Estados: o universalismo modificado.

Essa mudança no tratamento das insolvências transnacionais encontra respaldo nas novas correntes de Direito Internacional. Imbuído de ambição universalista, o DIPr acolhe com boa vontade a proliferação de agentes e os novos meios de cooperação jurídica internacional, repudiando as antigas normas conflituais e o paroquialismo no tratamento de fatos plurilocalizados. Não por acaso, a insolvência transnacional é tema afeto a esse ramo, dialogando com os principais objetos de estudo do DIPr: conflito de leis e de jurisdição, e cooperação jurídica internacional.

Entre o ponto de partida e o de chegada, apresentamos a Lei Modelo da UNCITRAL como sendo o instrumento de *Soft Law* mais adequado e que alcançou maior consenso entre os agentes de mercados, organizações internacionais e Estados no tocante à regulamentação da insolvência transnacional. Isso se deu, primeiro, em razão do reservado escopo da Lei Modelo que, ao não versar sobre regras de direito material, priorizando uma estrutura procedimental que preserva a autonomia dos juízos dos processos não principais, conquistou a simpatia de muitos países. Segundo, por tratar-se de um instrumento de *Soft Law*, cuja adesão depende e se conforma com as aspirações do legislador local. Terceiro, por consagrar o universalismo modificado e uma linguagem pretensamente neutra, a Lei Modelo afasta o receio de violação da soberania nacional que estaria presente na sujeição, de forma obediente, da jurisdição local a um processo estrangeiro e centralizador.

Estabelecida a preferência pela UNCITRAL, a adoção paulatina de seu texto contribui para segurança jurídica, através do paralelismo das regras de reconhecimento e assistência,

inobstante os países sejam provenientes de tradições jurídicas e idiomas completamente distintos. Outra grande contribuição da Lei Modelo é o fomento à cooperação direta entre tribunais e com representantes da insolvência, de modo a afastar a dependência na reciprocidade diplomática e nas formas arcaicas de sujeição de decisões estrangeiras ao juízo de delibação, antes que possam ser recepcionadas em outro país.

O Brasil amargura em um ambiente de incertezas e de fragilidade jurídica, já que não possui disciplina sobre insolvência transnacional e a fragmentação das normas de DIPr também denota certo anacronismo em comparação com a pulsante atividade econômica das empresas e dos grupos societários multinacionais brasileiros no comércio internacional. A crescente demanda de insolvências de cunho transfronteiriço nos últimos anos coloca o Poder Judiciário na delicada situação de ter que resolver um conflito emergido em espaço lacunoso. Ocorre que, se por um lado a ausência de lei não constitui impedimento absoluto para solução desses casos e isso restou demonstrado na vasta experiência internacional, por outro, algumas regras de direito interno – a exemplo das disposições da LINDB e dos procedimentos tradicionais de CJI – criam embaraços e incertezas às respostas oferecidas pelos tribunais. Ademais, no estágio atual o Poder Judiciário brasileiro caminha por uma via de mão única e bastante singela quanto aos conflitos transnacionais: processos de recuperação judicial envolvendo empresas estrangeiras não operacionais. Todavia, não é possível supor que a realidade permanecerá assim, admitindo acomodações segundo a normativa vigente. A Lei Modelo da UNCITRAL, portanto, traria grandes contribuições para o momento atual em que o Brasil se encontra, a despeito da resistência verificada anteriormente.

As vantagens de adoção da Lei Modelo estão condicionadas à observância de seus escopos e estrutura. Infelizmente, os projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, notadamente as propostas de um novo Código Comercial, abraçam alguns conceitos da Lei Modelo, subvertem a lógica de não discriminação entre nacionais e estrangeiros, além de tenderem para a burocratização dos procedimentos de insolvência transnacional. Logo, a consecução dos resultados almejados pela Lei Modelo da UNCITRAL depende também da compreensão sobre seus limites, da sua natureza internacional e do sistema no qual está inserida.

Para que as empresas multinacionais brasileiras não caminhem à deriva, o legislador nacional deveria recepcionar as normas da UNCITRAL sobre insolvência transnacional de modo fiel e coerente com os propósitos explicitados na Lei Modelo. A incorporação

legislativa, contudo, não abranda a relevância do Poder Judiciário na interpretação das regras segundo o princípio do universalismo modificado e da natureza internacional desse instrumento.

7. BIBLIOGRAFIA.

ABADE, Denise Neves. **Direitos Fundamentais e Cooperação Jurídica Internacional: extradição, assistência jurídica, execução de sentença estrangeira e transferência de presos.** São Paulo: Saraiva, 2013.

ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti. Comentário ao art. 26. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério et.al (coords.). **Código de processo civil anotado.** Rio de Janeiro: LML Mundo Jurídico, 2016.

ABRÃO, Nelson. **O Novo Direito Falimentar:** nova disciplina jurídica da crise econômica da empresa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

ADLER, Barry E. *Financial and Political Theories of American Corporate Bankruptcy*, **Stanford Law Review**, Stanford, v. 45, n. 2, pp. 311-346, jan. 1993.

ALLE, Saulo Stefanone. Cooperação jurídica internacional e dever geral de cooperar. **Revista da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão**, Vol. 5, Nº. 10, pp. 132-152, 2017.

_____. **Linhas diretrizes da OCDE para as empresas multinacionais e sua implementação no Brasil.** São Paulo, 2013. 211 f. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo.

ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção; ROCHA, Raphael Vieira da Fonseca. Insolvência Transnacional e Direito Falimentar Brasileiro. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 74, pp. 9-65, 2016.

AMAN, Alfred C. *The Limits of Globalization and the Future of Administrative Law: From Government to Governance.* **Indiana Journal of Global Legal Studies**, v. 8, n. 2, pp. 379-400, 2001.

ANTUNES, José A. Engrácia. **Os grupos de sociedades:** estrutura e organização jurídica da empresa plurissocietária. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2002.

ARAÚJO, Nádia de, coord. **Cooperação Jurídica Internacional no Superior Tribunal de Justiça:** Comentários à Resolução n. ° 9/2005. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

_____. **Direito Internacional Privado:** teoria e prática brasileira. Porto Alegre: Revolução, 2016, *e-book*.

_____. A importância da cooperação jurídica internacional para a atuação do estado brasileiro no plano interno e internacional. In: Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Justiça, DRCI. (Org.). **Manual de Cooperação Jurídica Internacional e Recuperação de Ativos - matéria penal**. 4a ed., pp. 39-50, 2013.

_____. A necessária mudança do art. 9º da LINDB: O avanço que faltava para a consagração da autonomia da vontade no DIPr Brasileiro. In: RAMOS, André de Carvalho (coord.). **Direito Internacional Privado: Questões Controvertidas**. Belo Horizonte: Arraes, 2015.

AXELROD, Tristan G, UK Supreme Court Highlights Parochial Roadblocks to Cooperative Cross-Border Insolvency in *Rubin v Eurofinance SA*. **Wisconsin International Law Journal**, vol. 31, no. 4, pp. 818-853, 2014.

BASSO, Maristela. Comentários aos Artigos 7º a 19 da Lei de Introdução ao Código Civil de 1942. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore (coords.). **Teoria Geral do direito civil**. São Paulo: Atlas, pp.114-185, 2008.

_____. Reconhecimento e Execução de Sentenças Estrangeiras no Brasil – Estudo a partir dos ensinamentos do mestre Jacob Dolinger. In: TIBURCIO, Carmem; MENEZES, Wagner; VASCONCELOS, Raphael (coords.). **Panorama do direito internacional privado atual e outros temas contemporâneos**. Belo Horizonte: Arraes, pp. 181-194, 2015.

BASTOS, Joel Luís Thomaz. O Caso Parmalat. In: OLIVEIRA, Fátima Bayma de. **Recuperação de Empresas: uma múltipla visão da lei**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, pp. 114-116, 2006.

BEBCHUK, Lucian Arye. *A New Approach to Corporate Reorganizations*. **Harvard Law Review**, v. 101, pp. 775-804, 1988.

_____; GUZMAN, Andrew. T. *An Economic Analysis of Transnational Bankruptcies*. **The Journal of Law & Economics**, v. 42, n. 2, pp. 775–808, 1999.

BECUE, Sabrina Maria Fadel. Barreiras Idiomáticas por meio de Conceitos Jurídicos “Neutros”. In: GLITZ, Frederico Eduardo Zenedin (coord.). **Questões de Direito Internacional: pessoa, comércio e procedimento II**. Curitiba: JML, pp. 129-143, 2018.

_____. Insolvência transfronteiriça: contribuição para fortalecimento do Mercorsul. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, v. 7, pp. 247-261, 2016.

_____. Insolvência transnacional e a necessidade de cooperação entre Tribunais como resposta aos novos desafios regulatórios. **Revista do Curso de Direito da UNIFACS**, vol. 16, pp. 143-176, 2016.

BELANGERO, Juliana Santoro. Cooperação Jurídica Internancional e a Busca por Valores Comuns: Um Estudo da STC 91/2000. In: RAMOS, André de Carvalho; MENEZES, Wagner (coord). **Direito Internacional Privado e a Nova Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Arraes, pp. 97-114, 2015.

BERKOWITZ, Daniel; PISTOR, Katharina; RICHARD, Jean-Francois. *The Transplant Effect*. **The American Journal of Comparative Law**, v. 51, n. 1, pp. 163-203, 2003.

BLACK, Julia; ROUCH, David. *The Development of the Global Markets as Rule-Makers: Engagement and Legitimacy*. **Law and Financial Markets Review**, v. 2, n. 3, pp. 243-244, 2008.

BLOCK-LIEB, Susan; HALLIDAY, Terence C. **Global Lawmakers: International Organizations in the Crafting of World Markets**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2017.

_____; *Harmonization and Modernization in UNCITRAL's Legislative Guide on Insolvency Law*. **Texas International Law Journal**, v. 42, n. 3, 2007.

BORK, Reinhard. **Principles of Cross-Border Insolvency Law**. Cambridge: Intersentia, 2017.

_____; MANGANO, Renato. **European Cross-Border Insolvency Law**. United Kingdom: Oxford University Press, 2016.

_____; MANGANO, Renato. **European Cross-Border Insolvency Law**. United Kingdom: Oxford University Press, 2016.

BRAITHWAITE, John. *Rules and Principles: A Theory of Legal Certainty*. **Australian Journal of Legal Philosophy**, vol. 27, pp. 47/82, 2002.

_____; DRAHOS, Peter. **Global Business Regulation**. Cambridge: Cambridge University Press, [s.d.]. e-book.

CALDERON, Silvio Javier Battello. **Falência Internacional no Mercosul**: proposta para uma solução regional. Curitiba: Juruá, 2011.

CALOF, Jonathan; RICHARDS, Greg; MIRABEAU, Laurent, et al. **An Overview of the Demise of Nortel Networks and Key Lessons Learned**: Systemic effects in environment, resilience and black-cloud formation. The University of Ottawa, Telfer School of Management, March 17, 2014. Disponível em: < <http://sites.telfer.uottawa.ca/nortelstudy/> >. Acessado em: 10 de setembro de 2017.

CAMPANA FILHO, Paulo Fernando. **A recuperação judicial de grupos societários multinacionais**: contribuições para o desenvolvimento de um sistema jurídico brasileiro a partir do Direito comparado. São Paulo. 241f. 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo.

_____, Paulo Fernando. *The Legal Framework for Cross-Border Insolvency in Brazil*. **Houston Journal of International Law**, v. 32, pp. 97-159, 2009.

CAPUCIO, Camilla. Dimensões da cooperação jurídica internacional: do direito à cooperação ao dever de cooperar. **Revista da Faculdade de Direito – UFPR**, Curitiba, vol. 61, n. 3, pp. 277 – 297, set./dez. 2016.

CARBALLO PIÑEIRO, Laura. *‘Brexit’ and International Insolvency Beyond the Realm of Mutual Trust*. **International Insolvency Review.**, vol. 26, Issue 3, pp. 270–294, 2017.

CARMONA, Carlo Alberto. Comentário ao art. 960. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvin et al. (coords). **Breves comentários ao novo código de processo civil**. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

CARVALHO, Marco Aurélio de. O credor estrangeiro na falência transnacional segundo o Projeto de Código Comercial: uma reflexão sobre o dispositivo do Projeto que trata da falência transnacional. São Paulo. **Jota**, 04/07/2016.

CASELLA, Paulo Borba. **Fundamentos do Direito Internacional Pós-Moderno**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

CASTRO, Marcus Faro de. *Monetary impacts and currency wars: a blind spot in the discourse about Transnational Legal Orders*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 60, n. 1, pp.01-19, 2017.

CHAMPI JR, Afonso; BARBOSA, Djalma Gonçalves. **Diário de uma crise: lições do caso Parmalat**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de Direito Processual Civil**, v. 2. Tradução por Paolo Capitanio. Campinas: Bookseller, 1998.

CHRISTOPH, Megan. *Airline Reorganization under the New Bankruptcy and Restructuring Law of Brazil*, **Law and Business Review of the Americas**, vol, 13, pp. 451-460, 2007.

CLIFT, Jenny. *Choice of Law and the UNCITRAL Harmonization Process*, **Brooklyn Journal of Corporate, Financial & Commercial Law**, vol. 9, Issue 1, pp. 20-47, 2014.

_____. *The UNCITRAL model law on cross-border insolvency - a legislative framework to facilitate coordination and cooperation in cross-border insolvency*, **Tulane Journal of International and Comparative Law**, vol.12, pp. 307-345, 2004.

COLOMBO, Giuliano; et al. **Cross-Border Insolvency in Brazil: a case for the Model Law**. Disponível em: < http://www.uncitral.org/pdf/english/congress/Papers_for_Congress/117-COLOMBO_KAYE_LANGEN_LUTKUS_SHIRLEY_and_TURETSKY-_Cross-Border_Insolvency_in_Brazil.pdf >. Acessado em: 16 de setembro de 2017.

COMPARATO, Fábio Konder. **Aspectos Jurídicos da Macroempresa**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970.

CORREIA, A. Ferrer. O método conflitual em direito internacional privado e as soluções alternativas. **Revista de Direito Comparado Luso-Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-24, jul. 1982.

DAWSON, Andrew B., *Offshore Bankruptcies*. **Nebraska Law Review**, vol. 88, issue 2, pp. 317-340, 2009.

_____. *The Problem of Local Methods in Cross-Border Insolvencies*, **Berkeley Business Law Journal**, vol. 12, Issue 1, pp. 45-80, 2015.

DEANE, Felicity; MASON, Rosalind. *The UNCITRAL Model Law on Cross-border Insolvency and the Rule of Law*. **International Insolvency Review**, vol. 25, pp. 138–159, 2016.

DEZEM, Renata Mota Maciel Madeira. **A extensão da competência do juízo da recuperação judicial**. São Paulo. 400f. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo.

DIAS, Leonardo Adriano Ribeiro. Modificações da Lei de Recuperação no projeto de Código Comercial. São Paulo. **Conjur- Consultor Jurídico**, 13/08/2016.

FARLEY, J. M. *A Judicial Perspective on Cross-Border Insolvencies and Restructurings*, **International Business Lawyer**, vol. 24, pp. 220-222, 1996.

FELSBERG, Thomas Benes. *Cross-Border Insolvencies and Restructurings in Brazil*. **International Business Lawyer**, vol. 31, pp. 109-115, 2003.

_____; CAMPANA FILHO, Paulo Fernando. A recuperação judicial de sociedades sediadas no exterior: as lições da experiência estrangeira e os desenvolvimentos no Brasil. In: NEDER CEREZETTI, Sheila C.; MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (coords.). **Dez Anos da Lei n.º 11.101/2005: estudos sobre a Lei de Recuperação e Falência**. São Paulo: Almedina, p. 468-489, 2015.

_____; CAMPANA FILHO, Paulo Fernando. *Corporate Bankruptcy and Reorganization in Brazil: National and Cross-border Perspectives*. **Norton Annual Review of International Insolvency**, pp. 275-300, 2009.

FLESSNER, Axel, *Philosophies of Business Bankruptcy Law: An International Overview*, in: ZIEGEL, Jacob S. (ed.), **Current Developments in International and Comparative Corporate Insolvency Law**, Oxford, pp. 19- 28, 1994.

FLETCHER, Ian F. **Insolvency in Private International Law**. 2nd Edition. Oxford Private International Law Series, 2006.

_____; WESSELS, Bob, *A Final Step in Shaping Rules for Cooperation in International Insolvency. Cases*, **International Corporate Rescue**, Vol. 12, Issue 5, pp. 283-286, 2012.

GAA, Thomas M., *Harmonization of International Bankruptcy Law and Practice: Is It Necessary? Is It Possible?* **The International Lawyer**, vol. 27, Issue 4, pp. 881-909, 1993.

GAMA JR, Lauro. Autonomia da vontade nos contratos internacionais no Direito Internacional Privado brasileiro: uma leitura *constitucional* do artigo 9º da Lei de Introdução ao Código Civil em favor da liberdade de escolha do direito aplicável. In: TIBURCIO,

Carmem; BARROSO, Luís Roberto. **O Direito Internacional Contemporâneo – Estudos em homenagem ao Professor Jacob Dolinger**. Rio de Janeiro: Renovar, pp. 599-626, 2006.

_____. **Contratos internacionais à luz dos princípios do UNIDROIT 2004**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GAUNT, Kevin. *Caveat Lessor: U.S. Aircraft Financiers Beware: 11 U.S.C. § 1110 Expectations May Not Be Met in Cross-Border Insolvencies*, **Brigham Young University International Law & Management Review**, vol. 6, Issue 1, pp. 43-81, 2010.

GIDDENS, Anthony. *The Globalizing of Modernity*. In: HELD, David; MCGREW, Anthony. **The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate**. 2. ed. Cambridge: Polity Press, pp. 62-66. 2003.

GITLIN, Richard A.; FLASCHEN, Evan D. *The International Void in the Law of Multinational Bankruptcies*, **The Business Lawyer**, vol. 42, no. 2, pp. 307-326, 1986.

GODOY MEDINA, Zingy Steffany; GIRÓN TAFOURT, Andres Felipe. **Régimen de la insolvencia transfronteriza: Colombia, Ecuador, Perú y Panamá**. Tesis (Abogado – Trabajo de Grado). Universidad de San Buenaventura. Facultad de Derecho y Ciencias Políticas, Cali, 2014.

GOICOECHEA, Ignacio. *Nuevos desarrollos en la cooperación jurídica internacional en materia civil y comercial*. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, Año 4, n. ° 7, pp. 127-151, mayo 2016.

GRECO FILHO, Vicente. **Homologação de sentença estrangeira**. São Paulo: Saraiva, 1978.

GROPPER, Allan L. *The Curious Disappearance of Choice of Law as an Issue in Chapter 15 Cases*, **Brooklyn Journal of Corporate, Financial & Commercial Law**, vol. 9, Issue 1, pp. 152-179, 2014.

GRUENBAUM, Daniel. Proximidade e tolerância: competência internacional para demandas relativas a imóveis. In: TIBURCIO, Carmem; BARROSO, Luís Roberto. **O Direito Internacional Contemporâneo – Estudos em homenagem ao Professor Jacob Dolinger**. Rio de Janeiro: Renovar, pp. 229- 288, 2006.

GUZMAN, Andrew T., *International Bankruptcy: In Defense of Universalism*. **Michigan Law Review**, v. 98, n. 7, pp. 2177–2215, 2000.

HALLIDAY, Terence C., PACEWICZ, J.; BLOCK-LIEB, S. *Who governs? Delegations and delegates in global trade lawmaking*. **Regulation & Governance**, v. 7, pp. 279–298, 2013.

_____. *Legitimacy, Technology, and Leverage: The Building Blocks of Insolvency Architecture in the Decade Past and the Decade Ahead*, **Brooklyn Journal of International Law**, v. 32, n. 3, pp. 1081-1102, 2007.

_____. *Recursivity of Global Normmaking: A Sociolegal Agenda*, **Annual Review of Law and Social Science**, v. 5, pp. 263-289, 2009.

_____.; BLOCK-LIEB, Susan; CARRUTHERS, Bruce G.. *Rhetorical legitimation: global scripts as strategic devices of international organizations*. **Socio-Economic Review**, v. 8, n. 1, pp. 77-112, jan. 2010.

_____.; CARRUTHERS, Bruce G. **Bankrupt: Global Lawmaking and Systemic Financial Crisis**. [s.l.]: Stanford University Press, 2009.

_____.; CARRUTHERS, Bruce G. *The Recursivity of Law: Global Norm Making and National Lawmaking in the Globalization of Corporate Insolvency Regimes*. **American Journal of Sociology**, v. 112, n. 4, pp. 1135-1202, 2007.

HELD, David. *Rethinking Globalization*. In: HELD, David; MCGREW, Anthony. **The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate**. 2. ed. Cambridge: Polity Press, pp. 67-74, 2003.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. *Globalization – A Necessary Myth?* In: HELD, David; MCGREW, Anthony (ed.). **The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate**. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2003.

_____.; THOMPSON, Grahame. *The Limits to Economic Globalization*. In: HELD, David; MCGREW, Anthony (ed.). **The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate**. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2003.

HOPENSTAND, Gil. *Why Toss out the Baby with the Bath Water - Saving the UNCITRAL Model Law on Cross-Border Insolvency from the Perpetually-Stalled Bankruptcy Reform Act*, **Washington University Global Studies Law Review** vol. 2, no. 1, p. 255-272, 2003.

JANGER, Edward J. *Silos: Establishing the Distributional Baseline in Cross-Border Bankruptcies*, **Brooklyn Journal of Corporate, Financial & Commercial Law**, vol. 9, pp. 180-201, 2014.

_____. *Universal Proceduralism*, **Brooklyn Journal of International Law**, vol. 32, pp. 819-849, 2007.

_____. *Virtual Territoriality*, **Columbia Journal of Transnational Law**, vol. 48, pp. 401-441, 2010.

_____. *Reciprocal Comity*. **Texas International Law Journal**, vol. 46, pp. 441-458, 2011.

KARGMAN, Steven T. *Emerging Economies and Cross-Border Insolvency Regimes: Missing BRICs in the International Insolvency Architecture (Part I)*. **Insolvency and Restructuring International**, v. 6, n. 2, pp. 08-15, set. 2012.

_____. *Emerging Economies and Cross-Border Insolvency Regimes: Missing BRICs in the International Insolvency Architecture (Part II)*. **Insolvency and Restructuring International**, v. 7, n. 1, pp. 06-12, abr. 2013.

KAYSSERLIAN, Rodrigo. *Falência Transnacional e Recuperações de ativos*. In: COSTA, Daniel Carnio (coord.). **Comentários Completos à Lei de Recuperação de Empresas e Falências**, vol. III. Curitiba: Juruá, pp. 321-332, 2015.

KIPNIS, Alexander M. *Beyond UNCITRAL: Alternatives to Universality in Transnational Insolvency*. **Denver Journal of International Law and Policy**, vol. 36, pp. 155-189, 2008.

KRAHMANN, Elke. *National, Regional, and Global Governance: One Phenomenon or Many?* **Global Governance**, v. 9, n. 3, pp. 323-346, 2003.

KREILE: Ruber David. *A falência internacional*. **Revista dos Tribunais**, n. 888, pp. 74-146, 2009.

LEONARD, E. Bruce. *The International Year in Review*, **ABI Journal**, s.p, Dec. 2000.

LEVY, D. *Legal Recursivity and International Law: Rethinking the Customary Element*, **Dartmouth Law Journal**, v. 14, n. 1, pp. 41-66, [s.d.].

LEVY, D. *Recursive cosmopolitization: Argentina and the global Human Rights Regime*. **The British Journal of Sociology**, v. 61, pp. 579–596, 2016.

L'HEUREUX-DUBE, Claire. *The Importance of Dialogue: Globalization and the International Impact of the Rehnquist Court*, **Tulsa Law Review**, vol. 34, Issue 1, pp. 15-26, 1998.

LOBO, Otto Eduardo Fonseca et al. *Varig Airlines: Flying the Friendly Skies of Brazil's New Bankruptcy Law with Help from Old § 304*, **American Bankruptcy Institute Journal**, s.p, jul/ago 2007.

LOCATELLI, Fernando. *International Trade and Insolvency Law: Is the UNCITRAL Model Law on Cross-Border Insolvency an Answer for Brazil? (An Economic Analysis of its Benefits on International Trade)*. **Revista do Ministério Público do RS**, Porto Alegre, n. 63, pp. 197-232, maio 2009 – set. 2009.

LoPUCKI, Lynn M. *Cooperation in International Bankruptcy: A Post-Universalist Approach*, **Cornell Law Review**, vol. 84, pp. 697-762, 1998-1999.

_____. *Universalism Unravels*. **American Bankruptcy Law Journal**, vol. 79, pp. 143-168, 2005.

_____. *The Case for Cooperative Territoriality in International Bankruptcy*. **Michigan Law Review**, v. 98, n. 7, pp. 2216–2251, 2000.

LUBBEN, Stephen J.; WOO, Sarah P., *Reconceptualizing Lehman*. **Texas International Law Journal**, Vol. 49, pp. 295-325, 2014.

MADRUGA, Antenor. A decisão extraterritorial sem cooperação. São Paulo. **Conjur-Consultor Jurídico**, 6 de julho de 2011.

_____. O Brasil e a jurisprudência do STF na Idade Média da Cooperação Jurídica Internacional. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 54, pp. 291-311, maio/jun. 2005.

_____. Pelo fim da homologação prévia de sentença estrangeira. São Paulo. **Conjur-Consultor Jurídico**, 16 de novembro de 2011.

MAIA, Vinícius Fernandes Costa. A Lei 11.101/05 Aplicada ao Caso de Recuperação Judicial da Varig. **Revista Direito e Liberdade – ESMARN**, v. 10, n. 1, pp. 255-272, jan/jun 2009.

MANGANO, R.. From 'Prisoner's Dilemma' to Reluctance to Use Judicial Discretion: The Enemies of Cooperation in European Cross-Border Cases. **International Insolvency Review**, vol. 26, pp. 314–331, 2017.

MANNAN, Morshed. *Are Bangladesh, India and Pakistan Ready to Adopt the UNCITRAL Model on Cross-Border Insolvency?* **International Insolvency Review**, v. 25, pp. 195–224, 2016.

_____. **The prospects and challenges of adopting the UNCITRAL Model Law on Cross-Border Insolvency in South Asia (Bangladesh, India and Pakistan)**. Thesis (LLM). Leiden, Netherlands: Leiden University, 2015.

MARCONDES FILHO, Alexandre. Justificativa do Anteprojeto de Lei de Falências, **Revista Forense**, n. 97, pp. 777-781, 1944.

MARTIN, Nathalie. *The Role of History and Culture in Developing Bankruptcy and Insolvency Systems: The Perils of Legal Transplantation*, **Boston College International and Comparative Law Review**, vol.28, Issue 1, pp. 01-77, 2005.

MASON, Rosalind F.; ATKINS, Scott; MAIDEN, Stewart. *The emerging framework of cross-border insolvency in and around Australia: Saad Investments, Japan Airlines and Lehman Brothers – Part Two*. **International Corporate Rescue**, v. 8, n. 5, pp. 329-339, 2011.

MASOUD, Benhajj Shaaban. *The Context for Cross-Border Insolvency Law Reform in Sub-Saharan Africa*. **International Insolvency Review**, 23, pp. 181-200, 2014.

McCORMACK, G., Something Old, Something New: Recasting the European Insolvency Regulation. **The Modern Law Review**, 79: 121-146, 2016.

_____. Foreign Law and Public Policy in the UNCITRAL Model Law on Cross-Border Insolvency: A Transatlantic Perspective. **Nottingham Insolvency and Business Law e-Journal**, vol. 3, pp. 477- 492, 2015.

_____. US exceptionalism and UK localism? Cross-border insolvency law in comparative perspective. **Legal Studies**, vol. 36, No. 1, pp. 136–162, 2016.

_____; HARGOVAN, Anil. *Australia and the International Insolvency Paradigm*. **Sydney Law Review**, v. 37, n. 3, pp. 389-416, 2015.

_____. *Universalism in Insolvency Proceedings and the Common Law*, **Oxford Journal of Legal Studies**, Volume 32, Issue 2, Pages 325–347, June/2012.

MELLO, Marcelo Pereira de. A perspectiva sistêmica na sociologia do direito: Luhmann e Teubner. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, vol.18, n.1, pp.351-373, 2006.

MENDES, Rodrigo Octávio Broglia. **Arbitragem, Lex Mercatoria e Direito Estatal**: uma análise dos conflitos ortogonais no direito transnacional. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

_____. Sentido de Teoria Geral do Direito, Globalização e Harmonização do Método Jurídico. In: CASELLA, Paulo Borba; VIEGAS LIQUIDATO, Vera Lúcia. (Org.). **Direito da Integração**. São Paulo: Quartier Latin, pp. 86-104, 2006.

MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. **Tratado de Direito Comercial Brasileiro**, v. VIII, 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947.

MENEZES, Wagner. Cooperação Jurídica Internacional e seus Paradoxos. In: RAMOS, André de Carvalho; MENEZES, Wagner (coord). **Direito Internacional Privado e a Nova Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Arraes, pp. 17-52, 2015.

MEVORACH, Irit. *Jurisdiction in Insolvency: A Study of European Courts' Decisions*, **Journal of Private International Law**, vol. 6, n. 2, pp.327-357, 2010.

_____. *On the road to universalism: a comparative and empirical study of the UNCITRAL Model Law on Cross-Border Insolvency*. **European Business Organization Law Review**, v. 12, n. 4, pp. 517-557, 2011.

_____. **The future of Cross-border Insolvency: overcoming biases and Closing Gaps**. Oxford: Oxford University Press, 2018, *e-book*.

MIGALHAS. **Advogados da Parmalat entram com o primeiro pedido de recuperação de empresas em São Paulo**, quarta-feira, 29 de junho de 2005. Disponível em: < <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI13602,11049-Advogados+da+Parmalat+entram+com+o+primeiro+pedido+de+recuperacao+de> >. Acessado em: 04.07.2016.

MILHAUPT, Curtis J.; PISTOR, Katharina. **Law & Capitalism**: What Corporate Crises Reveal about Legal Systems and Economic Development around the World. Chicago: The University of Chicago Press, 2008. *e-book*.

MILLER, D J; SHAKRA, Michael. *Nortel: The Long and Winding Road*, In **Annual Review of Insolvency Law**, edited by J. P. Sarra and B. Romaine, pp. 281-310. Toronto: Carswell, 2015.

MILLER, Marcello. Comentário ao art. 23. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (coords). **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. 2ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016, e-book.

MOHAN, S. C. *Cross-border Insolvency Problems: Is the UNCITRAL Model Law the Answer?* **International Insolvency Review**, 21, pp. 199–223, 2012.

MOONEY JR., Charles W. *Harmonizing Choice-of-Law Rules for International Insolvency Cases: Virtual Territoriality, Virtual Universalism, and the Problem of Local Interests*, **Brooklyn Journal of Corporate, Financial & Commercial Law**, vol. 9, Issue 1, pp. 120-151, 2014.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Notas sobre reconhecimento e execução de sentenças estrangeiras. In: TIBURCIO, Carmem; BARROSO, Luís Roberto. **O Direito Internacional Contemporâneo – Estudos em homenagem ao Professor Jacob Dolinger**. Rio de Janeiro: Renovar, pp. 549-558, 2006.

MOREIRA, Talita. Parmalat brasileira aguarda concordata. **Valor Econômico**, 05.07.2004. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/arquivo/421525/parmalat-brasileira-aguarda-concordata> >. Acessado em: 04.07.2016.

MOSS, Gabriel. *Group Insolvency - Choice of Forum and Law: The European Experience Under the Influence of English Pragmatism*, **Brooklyn Journal of International Law**, vol. 32, Issue 3, pp. 1005-1018, 2007.

NADELMANN, Kurt H. *Bankruptcy Treaties*, **University of Pennsylvania Law Review**, vol. 93, pp. 58- 97, 1944.

NASSER, Salem Hikmat. **Fontes e Normas do Direito Internacional: um estudo sobre a Soft Law** São Paulo: Atlas, 2005.

O DIREITO: Revista semanal de legislação, doutrina e jurisprudência, 58º volume. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, 1892.

OHADA. **Uniform Act Organising Collective Proceedings for Wiping off Debts** /Acte Uniforme Portant Organisation des Procédures Collectives D'apurement Du Passif. Disponível em: < http://biblio.ohada.org/pmb/opac_css/doc_num.php?explnum_id=16 >. Acessado em: 23 de outubro de 2017.

OMAR, Paul. *Diffusion of the Principle in Cambridge Gas: A Sad and Singular Deflation*. **Nottingham Insolvency and Business Law e-Journal**, vol. 3, pp. 573-593, 2015.

_____. *Judicial Cooperation in the Post-Singularis World*, **International Corporate Rescue**, Vol 15, Issue 1, pp.1-8, 2018.

PAIVA, Heloísa Assis de; PALUMA, André. Regras de Competência Judicial Internacional e Análise Crítica do *Forum Shopping* e *Forum non Conveniens*. In: TIBURCIO, Carmem; MENEZES, Wagner; VASCONCELOS, Raphael. **Panorama do direito internacional privado atual e outros temas contemporâneos**. Belo Horizonte: Arraes, pp. 69-78, 2015.

PASCUAL, Julián González; OLIVEIRA, Ana Katarina Pessoa de. *El papel de la UNCITRAL (CNUDMI) en las insolvencias transfronterizas*. **Panorama Socioeconómico**, año 31, n. 46, pp. 41-57, 2013.

PEACOCK, Lauren L., *A Tale of Two Courts: The Novel Cross-Border Bankruptcy Trial*, **ABI Law Review**, vol. 23, pp. 543-570, 2015.

PECK, James Michael. *Lehman Brothers and the Limits of Universalism*. In: **Insolvency Lawyers Association Annual Dinner**, 2014, [s.l.]. Disponível em: < <http://www.ilauk.org/docs/news/ilaadlecturejpeckdoc.pdf> >. Acessado em: 29 de julho de 2015.

_____. *Cross-border observations derived from my Lehman judicial experience*. **Butterworths Journal of International Banking and Financial Law**, Vol. 30, n. 3, pp. 131-133, março/2015.

PEREIRA, Marcela Harumi Takahashi. **Dos casos em que é desnecessário homologar uma sentença estrangeira**. Rio de Janeiro, 2009. 264 f. Tese Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

PEREZ, Marcela Melo. Comentários ao art. 960. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo (coords). **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. 2ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016, e-book.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública FGV**, n. 43(6), pp. 1343-1368, nov./dez. 2009.

PISTOR, Katharina. *The Standardization of Law and Its Effect on Developing Economies*. **The American Journal of Comparative Law**, v. 50, n. 1, pp. 97-130, 2002.

POLIDO, Fabrício Bertini. A cooperação jurídica internacional no Código de Processo Civil de 2015: Rumo a convergência com os novos paradigmas do Direito Internacional Privado. In: RAMOS, André de Carvalho (coord). **Direito Internacional Privado: Questões Controvertidas**. Belo Horizonte: Arraes, 2015.

PORFÍRIO, Fernando. SALVA PELO GONGO: Justiça aceita pedido de recuperação judicial da Parmalat. São Paulo. **Conjur-Consultor Jurídico**, 30 de junho de 2005. Disponível em: < http://www.conjur.com.br/2005-jun-30/justica_aceita_recuperacao_judicial_parmalat >. Acessado em: 04.07.2016.

POTTOW, John A. E. *A New Role for Secondary Proceedings in International Bankruptcies*. **Texas International Law Journal**, v. 46, n. 3, pp. 579-99, 2011.

_____. *Beyond Carve-Outs and Toward Reliance: A Normative Framework for Cross-Border Insolvency Choice of Law*. **Brooklyn Journal of Corporate, Financial & Commercial Law**, v. 9, n.1, pp.201-225, 2014.

_____. *Greed and Pride in International Bankruptcy: The Problems of and Proposed Solutions to 'Local Interests'*. **Michigan Law Review**. 104, no. 8, pp. 1899-1949, 2006.

_____. *Procedural Incrementalism: A Model for International Bankruptcy*. **Virginia Journal of International Law**, v. 45, n. 4, pp. 935-1015, 2005.

_____. *The Maxwell Case*. In: RASMUSEN, Robert (ed). **Bankruptcy Law Stories**, pp. 222-237, 2007; U of Michigan Public Law Working Paper No. 89. Available at SSRN: <<https://ssrn.com/abstract=1000448>>.

_____. *Two Cheers for Universalism: Nortel's Nifty Novelty*. In **Annual Review of Insolvency Law**, edited by J. P. Sarra and B. Romaine, pp. 333-367. Toronto: Carswell, 2015.

RAMOS, André de Carvalho. Direito Internacional Privado e a Ambição Universalista. In: TIBURCIO, Carmem; MENEZES, Wagner; VASCONCELOS, Raphael (coords). **Panorama do direito internacional privado atual e outros temas contemporâneos**. Belo Horizonte: Arraes, pp. 14-33, 2015.

_____. Direito Internacional Privado e seus Aspectos Processuais: A Cooperação Jurídica Internacional. In: RAMOS, André de Carvalho; MENEZES, Wagner (coord). **Direito Internacional Privado e a Nova Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Arraes, pp. 02-16, 2015.

_____. O novo Direito Internacional Privado e o conflito de fontes na cooperação jurídica internacional. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 108, pp. 621-647, jan./dez. 2013.

_____; GRAMSTRUP, Erik Frederico. **Comentários à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2016.

RAMOS, Mariana dos Anjos. O Paradigma da Soberania e a Cooperação Jurídica Internacional. In: RAMOS, André de Carvalho; MENEZES, Wagner (coord). **Direito Internacional Privado e a Nova Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Arraes, pp. 115-133, 2015.

RAS, Clinton. **The future of Cross-Border Insolvency Act 42 of 2000 in view of developments elsewhere**. Dissertation (LLM)--University of Pretoria, 2015.

RASMUSSEN, Robert K. *Debtor's Choice: A Menu Approach to Corporate Bankruptcy*. **Texas Law Review**, vol. 71, pp. 51-121, 1992.

_____. *Resolving Transnational Insolvencies through Private Ordering*. **Michigan Law Review**, v. 98, n. 7, pp. 2252–2275, 2000.

_____. *Where are All the Transnational Bankruptcies? The Puzzling Case for Universalism*. **Brooklyn Journal of International Law**, vol. 32, pp. 983-1003, 2007.

_____. *A New Approach to Transnational Insolvencies*. **Michigan Journal of International Law**, vol. 19, pp.1-35, 1997-1998.

RECHSTEINER, Beat Walter. A Insolvência Internacional sob a Perspectiva do Direito Brasileiro. In: PAIVA, Luiz Fernando Valente de (coord). **Direito Falimentar e a nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas**. São Paulo: Quartier Latin, pp. 671-699, 2005.

_____. **Direito falimentar internacional e MERCOSUL**. São Paulo: J. Oliveira, 2000.

_____. **Direito Internacional Privado – teoria e prática**. 18ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

REDMOND, Christopher J. *Working Methods of UNCITRAL Working Group V (Insolvency) and Choice of Law*. **Brooklyn Journal of Corporate, Financial & Commercial Law**, vol.9, pp. 48-62, 2014.

REIS, Gabriel Valente dos. Ordem Pública e Cosmopolitismo. In: TIBURCIO, Carmem; MENEZES, Wagner; VASCONCELOS, Raphael. **Panorama do direito internacional privado atual e outros temas contemporâneos**. Belo Horizonte: Arraes, pp. 309-321, 2015.

REQUIÃO, Rubens. A classificação dos créditos na falência. In: _____. **Aspectos Modernos de Direito Comercial**, Vol.2. São Paulo: Saraiva, pp. 129-143, 1980.

_____. **Curso de Direito Falimentar**. V. 1. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1984.

RODRIGUEZ, Mónica Sofia. **Armonización Legislativa en materia de salvataje de empresas en el MERCOSUR: ¿Una quimera o una necesidad?** Buenos Aires, 2010. Edición electrónica gratuita. Texto completo em: www.eumed.net/tesis/2010/msr/.

_____. *Bases De Armonización Legislativa En Materia De Salvataje De Empresas En El Mercosur*. **Revista Electrónica del Instituto de Investigaciones "Ambrosio L. Gioja"**, Año II, Número 2, Otoño 2008.

ROSENAU, James N. *Governance in a New Global Order*. In: HELD, David; MCGREW, Anthony (ed.). **The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate**. 2. ed. Cambridge: Polity Press, pp. 223-233, 2003.

ROWAT, Malcolm. *Reforming Insolvency Systems in Latin America*. **Viewpoint**. World Bank, Washington, DC, 1999.

SANTEN, Bernard P.A.; de VEN, Fabian A. van; BOON, Gert-Jan. **Opening secondary insolvency proceedings in the EU. 2015.** Disponível em: < <https://www.insol-europe.org/download/documents/697> >. Acessado em: 21 de setembro de 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova**, São Paulo, n. 39, pp. 105-124, 1997.

SANTOS, J. A. A Falência no Direito Internacional e o Mercosul. In: SANTOS, Paulo Penalva; GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis (coords). **A nova lei de falências e de recuperação de empresas: Lei nº 11.101/05.** Rio de Janeiro: Forense, pp. 365-388, 2006.

SANTOS, J. M. Carvalho. **Código de Processo Civil Interpretado.** V. IX. 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1964.

SASSEN, Saskia. *Neither global nor national: novel assemblages of territory, authority and rights.* **Ethics & Global Politics**, vol. 1, No. 1-2, pp. 61-79, 2008.

SATIRO, Francisco, CAMPANA FILHO, Paulo Fernando; BECUE, Sabrina. Insolvência Transnacional e o Projeto de Código Comercial: o que diz a UNCITRAL sobre credores nacionais e estrangeiros. São Paulo. **Jota**, 05/07/2016.

_____; CAMPANA FILHO, Paulo Fernando. A Insolvência Transnacional: para além da regulação estatal e na direção dos acordos de cooperação. In: TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de; SATIRO, Francisco (coord.). **Direito das Empresas em Crise: problemas e soluções.** São Paulo: Quartier Latin, pp. 119-140, 2012.

SCHWARTZ, Alan. *A Contract Theory Approach to Business Bankruptcy.* **Yale Law Journal**, vol. 107, pp.1807-1851, 1998.

SCOTTI, Luciana Beatriz. Diálogo de fuentes: las normas regionales del MERCOSUR y las nuevas disposiciones del derecho internacional privado argentino. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, [S.l.], pp. 152-184, abr. 2016.

SEIFE, Howard; VAZQUEZ, Francisco. Experiência Transnacional de Empresas Brasileiras nos Estados Unidos e os Benefícios da Lei Modelo. In: ELIAS, Luiz Vasco (coord). **10 Anos da Lei de Recuperação de Empresas e Falências - Reflexões Sobre A Reestruturação Empresarial.** São Paulo: Quartier Latin, pp. 173-198, 2015.

SILVA, Jorge Cesa Ferreira da; STEINER, Renata. *Party Autonomy in Brazilian International Private Law*. In: SCHWENZER, Ingeborg; PEREIRA, Cesar; TRIPODI, Leandro (ed.). **CISG and Latin America: regional and global perspectives**. The Hague: Eleven International, pp. 345-358, 2016.

SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da. *Cooperação jurídica internacional e auxílio direito*. In: TIBURCIO, Carmem; BARROSO, Luís Roberto (coords.). **O Direito Internacional Contemporâneo – Estudos em homenagem ao Professor Jacob Dolinger**. Rio de Janeiro: Renovar, pp. 797-807, 2006.

SLAUGHTER, Anne-Marie. *Governing the Global Economy through Government Networks*. In: BYERS, Michael (ed.). **The Role of Law in International Politics**. Oxford University Press, 2000.

_____. *Judicial Globalization*, **Virginia Journal of International Law**, vol. 40, pp. 1103-1124, 2000.

_____. *Sovereignty and Power in a Networked World Order*, **Stanford Journal Of International Law**, vol. 40, pp. 283-328, 2004.

SOARES, Boni de Moraes. *Um Réquiem ao Velho Juízo de Delibação: Homenagem Póstuma à Tradicional Cognição no Direito Processual Internacional Brasileiro*. In: RAMOS, André de Carvalho; MENEZES, Wagner (coord). **Direito Internacional Privado e a Nova Cooperação Jurídica Internacional**. Belo Horizonte: Arraes, pp. 53-78, 2015.

TEUBNER, Gunther. *Substantive and Reflexive Elements in Modern Law*. **Law and Society Review**, vol. 17, n. 2, pp. 239-285, 1983.

_____; FISCHER-LESCANO, Andreas. *Regime-Collisions: The Vain Search for Legal Unity in the Fragmentation of Global Law*. **Michigan Journal of International Law**, v. 25, n. 4, pp. 999-1046, 2004.

THE AMERICAN LAW INSTITUTE (ALI). **Global Rules on Conflict-of-Laws Matters in Insolvency Cases**. In: **Transnational Insolvency: Global Principles for Cooperation in International Insolvency Case**, 2012.

THE REPUBLIC OF SINGAPORE. **Committee to Strengthen Singapore as an International Centre for Debt Restructuring**. Disponível em: <

<https://www.mlaw.gov.sg/content/dam/minlaw/corp/News/Report%20of%20the%20Committee.pdf>>.

THE SUPREME COURT OF THE REPUBLIC OF SINGAPORE. Registrar's Circular no. 1 of 2017: Issuance of Guidelines for communication and cooperation between courts in cross-border insolvency matters. Disponível em: <<https://www.supremecourt.gov.sg/docs/default-source/module-document/registrarcircular/rc-1-2017---issuance-of-guidelines-for-communication-and-cooperation-between-courts-in-cross-border-insolvency-matters-.pdf>>.

TIBURCIO, Carmen. Efeitos Extraterritoriais da Falência. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, vol. 62, 2013.

TOLEDO, Paulo F. C. Salles de. A reforma da lei de falências e a experiência do direito estrangeiro. **Revista do Advogado**, São Paulo, n.36, p. 82-87, 1992.

_____. Empresa em Crise no Direito Francês e Americano. São Paulo, 1987. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Direito - Universidade de São Paulo.

_____. In: _____. ABRÃO, Carlos Henrique (coords.). **Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência**. 6. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2016, e-book.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Brasil ingressa no Judicial Insolvency Network representado por juiz do TJSP**. Notícias. Data 12/09/2017. Disponível em: < <http://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=48732>>. Acessado em 20 de novembro de 2017.

TUNG, Frederick. *Is International Bankruptcy Possible?* **Michigan Journal of International Law**, v. 23, pp. 1-72, 2001.

_____. *Is International Bankruptcy Possible?* **Michigan Journal of International Law**, vol. 23, pp. 31-102, 2001.

TWINING, William. **Globalisation & Legal Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

UNITED NATIONS. **A Guide to UNCITRAL**: Basic facts about the United Nations Commission on International Trade Law. Vienna, 2013.

_____. **UNCITRAL Legislative Guide on Insolvency Law**. New York, 2005.

_____. **UNCITRAL Model Law on Cross-Border Insolvency with Guide to Enactment and Interpretation**. New York, 2014.

UNITED STATES. District Court (New York: Southern District). **George B. Heath, Complainant, Vs. Port of Para: Empire Trust Company, As Trustee, Etc., And National Trust Company, As Trustee, Etc., Defendants. No. 12-207, Equity. First Report of Receivers**, September 1st, 1918, New York, 1918. Disponível em: < <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=nyp.33433019203888;view=1up;seq=1>>

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Diretrizes para apresentação de teses e dissertações à USP**. 3ª Ed. São Paulo: SIBi/USP, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br>. Acessado em 25 de abril de 2018.

VALLADÃO, Haroldo. **Direito Internacional Privado**. V. III. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1978.

VALVERDE, Trajano de Miranda. **Comentários à Lei de Falências**: Decreto-lei n. 7.661, de 21 de junho de 1945, vol. I, 4. ed. atual. por J. A. Penalva Santos e Paulo Penalva Santos. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

_____. **Comentários à Lei de Falências**: Decreto-lei n. 7.661, de 21 de junho de 1945, vol. IV. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1955.

VAMPRÉ, Spencer; **Tratado Elementar de Direito Comercial**, vol. III. Rio de Janeiro: F. Briguit, 1921.

VERGUEIRO, Luiz Fabrício Thaumaturgo. **Implementação da cooperação jurídica vertical**. São Paulo, 2012. 272 f. Tese de Doutorado - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo.

WALTERS, Adrian, *Modified Universalisms & the Role of Local Legal Culture in the Making of Cross-Border Insolvency Law* (December 7, 2017). [Forthcoming in **American Bankruptcy Law Journal**]. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3084117>.

_____. *Giving effect to foreign restructuring plans in Anglo-US private international law*. **Nottingham Insolvency and Business Law e-Journal**, 3 (20), pp. 375-392, 2015.

WARREN, E.; WESTBROOK, J. L. *Contracting out of Bankruptcy: An Empirical Intervention*. **Harvard Law Review**, vol. 118(4), pp. 1197–1254, 2005.

WATERS, Melissa A. *Mediating Norms and Identity: The Role of Transnational Judicial Dialogue in Creating and Enforcing International Law*. **Georgetown Law Journal**, vol. 93, No. 2, pp.487-574, January 2005.

WEBER, Marianne Mendes. **Direito da concorrência e cooperação jurídica internacional**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.

WESSELS, Bob. *Contracting Out of Secondary Insolvency Proceedings: The Main Liquidator's Undertaking in the Meaning of Article 18 in the Proposal to Amend the EU Insolvency Regulation*. **Brooklyn Journal of Corporate, Financial & Commercial Law**, vol. 9, Issue 1, pp. 63-110, 2014.

_____. **International Insolvency Law**. Part I: Global Perspectives on Cross-Border Insolvency Law. 4. ed. Deventer: Wolters Kluwer, 2015.

_____. **Should the EU Adopt UNCITRAL Model Law on Cross-border Insolvency?** Disponível em: < <http://bobwessels.nl/2016/10/2016-10-doc12-should-the-eu-adopt-uncitral-model-law-on-cross-border-insolvency/> >. Acessado em: 23 de outubro de 2017.

WESTBROOK, Jay L., *Nortel: The Cross-Border Insolvency Case of the Century*, **Butterworths Journal of International Banking and Finance Law**, vol. 498, 2015.

_____. *Breaking Away: Local Priorities and Global Assets*. **Texas International Law Journal**, vol. 46, pp. 601-622, 2011.

_____. *A Comment on Universal Proceduralism*, 48 **Colum. J. Transnat'l L.**, pp. 503-518, 2009-2010.

_____. *Ian Fletcher and the Internationalist Principle*. **Nottingham Insolvency and Business Law e-Journal**, vol. 3, pp. 565-572, 2015.

_____. *Theory and Pragmatism in Global Insolvencies: Choice of Law and Choice of Forum*, **American Bankruptcy Law Journal**, vol. 65, pp. 457-490, 1991.

_____. *A Global Solution to Multinational Default*. **Michigan Law Review**, vol. 98, pp. 2276-2328, 1999-2000.

_____. *An Empirical Study of the Implementation in the United States of the Model Law on Cross Border Insolvency*. **American Bankruptcy Law Journal**, v.87, no.2, pp. 247-270, 2013.

_____. *Interpretation Internationale*, **Temple Law Review**, vol. 87, no. 4, pp. 739-758, 2015.

_____. *Multinational Enterprises in General Default: Chapter 15, the ALI Principles, and the EU Insolvency Regulation*. **American Bankruptcy Law Journal**, v. 76, n. 1, pp. 1-40, 2001.

_____. *Priority Conflicts as a Barrier to Cooperation in Multinational Insolvencies*. **Penn State International Law Review**, v. 27, n. 3, pp. 869-878, 2009.

_____; BOOTH, Charles D.; PAULUS, Christoph G.; RAJAK, Harry. **A Global View of Business Insolvency Systems**. Washington, DC: World Bank and Brill, 2010.

WORLD BANK. **Principles and guidelines for effective insolvency and creditor rights systems: Introduction, executive summary and principles**. Washington, DC: World Bank, 2001.

ZUMBANSEN, Peer. *Defining the Space of Transnational Law: Legal Theory, Global Governance, and Legal Pluralism*. **Transnational Law and Contemporary Problems**, v. 21, n. 2, pp. 305-335, 2012.

ZUMBRO, Paul H., *Cross-Border Insolvencies and International Protocols-An Imperfect but Effective Tool*, **Business Law International**, vol.11, N. 2, pp. 157-169, 2010.